




## ONDE ESTÃO AS CRIANÇAS QUE ESTAVAM AQUI? - ANTHROPOLOGIA COM CRIANÇAS EM INSTITUIÇÕES

### Where are the children that were here? - Anthropology with children in institutions

Mirella Alves de **BRITO**  
Departamento de Antropologia  
INCT – Brasil Plural e TRANSES -  
Núcleo de Pesquisa Antropologia do Contemporâneo  
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil  
mirebritto@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-2963-9559> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

#### RESUMO

O trabalho procurou colocar no centro dos estudos a experiência de crianças que residem temporariamente em instituições especializadas em acolher. Objetivou-se alcançar noções de criança e família, noções de vida e de cuidado, no contato com crianças e adolescentes acolhidos em instituições de proteção social. Também foi de interesse do trabalho, investir no aprofundamento da prática etnográfica e da escuta de narrativas com crianças. Entre os fios que tecem o debate estão os estudos antropológicos sobre crianças e as práticas especializadas que fundamentam os serviços de atenção à crianças, adolescentes e famílias, no campo da saúde e da assistência social, no Brasil. Trata-se de um campo que se constitui de contextos etnográficos, a partir dos quais se articulam redes e cruzamentos de práticas, mediações, conexões que não podem ser restringidas a ideia de uma delimitação espacial, posto que formam circuitos maleáveis e transitórios.

**PALAVRAS-CHAVE:** Crianças/não crianças; Narrativas; Etnografia com crianças.

#### ABSTRACT

The work sought to place at the centre of the studies the experience of children who temporarily reside in institutions specialized in hosting. The objective was to reach notions of child and family, notions of life and care, contact with children and adolescents hosted in social protection institutions. It was also in the interest of the work to invest in deepening the ethnographic practice and listening to narratives with children. Among the threads that surround the debate are the anthropological studies about children and the specialized practices that underpin the services of attention to children, adolescents and families, in the field of health and social care in Brazil. It is a field that consists of ethnographic contexts from which networks and intersections of practices, mediations and connections are articulated, that can not be restricted to the idea of a spatial delimitation, since they form malleable and transient circuits.

**KEYWORDS:** Children/non-children; Narratives; Ethnography with children.

# 1. INTRODUÇÃO

*Brincando de Esconder<sup>1</sup>*

*Dorothy Aldis*

*Estou escondido  
Debaixo da mesa;  
Ninguém sabe, porém,  
Onde estou. Que beleza!*

*Já ouvi o papai  
Perguntar à mãezinha:  
- Onde está o neném?  
Já olhou na cozinha?*

*- Sim, fala a mamãe,  
E também no banheiro;  
Talvez o encontre  
Atrás do tinteiro.*

*- Não está, diz o pai,  
Mas creio que o vejo  
Bem escondido,  
Num buraco do queijo.*

*Mamãe foi ligeira,  
E me procurou.  
E é claro que lá,  
Também, não me achou.*

*- Não sei! Diz a mãe...  
(E quase chora)  
- Parece que ele  
Se foi mesmo embora...*

*Então como eu ri  
Com os pezinhos pro alto!  
Oh! Fala papai  
Levantando, de um salto:*

*- Será o neném?  
- Eu acho que sim!  
E correram, os dois,  
Sorrindo, pra mim...*

<sup>1</sup> Retirado do livro *A Poética do Brincar*, de Marina Marcondes Machado (1998).

A poesia acima permite introduzir o debate de maior interesse nesse ensaio. Trata-se de colocar no centro dos estudos a experiência de crianças que residem temporariamente em instituições especializadas em acolher. A questão: *onde está o bebê?* nos acompanhará, mas agora para pensarmos onde estão as crianças sobre as quais falamos, seja no direito, na psicologia, na pedagogia ou pediatria. Entre os fios que tecem o debate estão os estudos antropológicos sobre crianças e as práticas especializadas que fundamentam os serviços de atenção à crianças, adolescentes e famílias, no campo da saúde e da assistência social, no Brasil.

O campo etnográfico que resultou neste trabalho corresponde a uma diversidade de sítios que articulados, produzem o que aqui chamaremos de modos de ser criança na maquinaria da proteção integral<sup>2</sup>. Por isso, trata-se de um campo multissituado, a partir do argumento apresentado por George Marcus (1995), para se referir à contextos etnográficos em que estão imbricadas redes e cruzamentos de práticas, mediações, conexões, sobre as quais não podem estar restritas a ideia de uma delimitação espacial posto que formam circuitos maleáveis e transitórios. O esforço maior nesse ensaio é o de pensar o trabalho antropológico no contexto institucional que acolhe crianças<sup>3</sup> aguardando um retorno ao grupo familiar de origem ou a ida para um novo grupo. Nele me desafio na busca pelos significados e sentidos criados por crianças e não-crianças que compõem o campo etnográfico pelo qual transito com mais intensidade desde meu doutorado (2010-2014).

Desde os anos de 1960 uma antropologia da criança, interessada em problematizar as formas de ser criança e as noções de criança compartilhadas por grupos sociais específicos, passou a ser fonte de materiais etnográficos e de elementos teóricos importantes, ora para o descentramento de uma lógica adultocêntrica, ora

<sup>2</sup> No Brasil, o sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente corresponde à uma rede de serviços que compõem os Sistemas Públicos de Saúde e de Assistência Social, além de contar com a articulação de setores da justiça e da sociedade civil como controladores das políticas públicas. A este sistema nomeio maquinaria da proteção integral (BRITO, 2014), aludindo ao conceito de máquina desenvolvido por Felix Guattari e Giles Deleuze (1995; 1996; 1997) ao pensarem a subjetividade como uma constante que se produz nas relações entre sujeitos, mas também de sujeitos com o universo de acontecimentos que os atravessam.

<sup>3</sup> Utilizarei o termo criança para nomear pessoas com idade entre 0 e 12 anos, seguindo a norma jurídica. Entretanto, cabe destacar que essa é uma forma eurocêntrica de estabelecimento de categorias etárias que podem não ser universais, como podemos verificar nos estudos de etnologia no Brasil, nos quais o recorte etário só é acessado pelos grupos étnicos quando ele serve para mediar a relação com a "lei" não indígena (SILVA; MACEDO; NUNES, et al, 2002).

influenciando trabalhos de outras áreas de conhecimento (especialmente a pedagogia e a psicologia). (Cohen, 2005)

Na poesia de Dorothy Aldis<sup>4</sup>, vimos textualizada uma cena recorrente, envolvendo adultos e crianças em famílias ocidentais<sup>5</sup>. Acompanhando uma proposta metodológica de procurar o enunciado das práticas relacionais, podemos ler a poesia como, mais que uma brincadeira<sup>6</sup>, como um jogo de esconder entre adultos e crianças, nos indica uma forma de marcar lugares sociais, reeditar afetos e confirmar a agência de cada ator, e que como toda brincadeira, possui marcadores que localiza o tempo de brincar e os limites de cada um/a dos/as envolvidos/as<sup>7</sup>.

Diante das discussões sugeridas por Clarice Cohn (2005), Antonella Tassinari (2007), Flávia Pires (2007) e outros, algumas reflexões se destacam a fim de localizar na antropologia algumas bases que puderam apoiar minhas questões de pesquisa e a delimitação de meu campo.

Trato de construir um argumento que nos ofereça a compreensão de que a etnografia, como fazer antropológico, corresponde à produção de saberes sobre os contextos em que nos inserimos como pesquisadoras que não se trata de um método de pesquisa, mas de um fazer antropológico que se manifesta diuturnamente na prática de pesquisadores/as antropólogos/as. Não há interesse aqui em servir de instrumento para outras ciências, mas em debater como a etnografia, assim como outros modos de fazer pesquisa, nos oferece um recorte, um modo de construir o conhecimento sobre o "outro" que nos afeta na mesma medida que ao nosso interlocutor, pois trata de escavar o estranho que há em nós, de buscar o sentido para o que no familiar se estranha.

No universo institucional do qual parto, as crianças aguardam famílias e, durante a espera vão tecendo suas formas de ser criança. Porém, esse universo é atravessado por saberes diversos que irão qualificar o ser criança a partir de prerrogativas legais e psicológicas a fim de identificar a família para a qual deverá ser encaminhada. Todas as avaliações das condições, pouco, ou quase nunca, levam em conta as expectativas que eventualmente as crianças possam ter; tampouco, suas noções de família e da experiência de ser criança, por isso me dediquei a escutar as narrativas das crianças

4 Poetisa americana que após a morte foi Laureada a Poeta de Crianças. Destacou-se pelo modo otimista com que descrevia, em poesia, o cotidiano de crianças.

5 Não possuo dados que identifiquem tal brincadeira em outras sociedades, embora suspeite da universalidade de tal prática.

6 O termo não é adequado, mas quero destacar um tom descomprometido.

7 Sobre as brincadeiras infantis, Guilherme Fians detalha os modos como crianças e não-crianças se constituem no universo do faz de conta e das urgências escolares. Ver FIANS (2015)

como relevo maior na pesquisa, uma vez que se manifestava uma inquietude frente à surdez de técnicos perante as maneiras como as crianças iam se organizando nas instituições.

Neste ensaio procuro encontrar as crianças: primeiro delimitando o campo etnográfico, depois problematizando os instrumentos metodológicos utilizados pela etnografia com as crianças; na sequência, busco o lugar da narrativa e suas potências com crianças para, finalmente, compreender que uma antropologia comprometida procura desviar do status de um conhecimento a ser aplicado em contextos exóticos, com técnicas de investigação de campo previamente escolhidas e reconhecidos como particulares da antropologia – trata-se de compreender que a produção etnográfica na antropologia trata de uma construção de teoria viva ou de uma vida que repete [e re-cria] a teoria, como afirma Mariza Peirano (2014).

Ocorre que no encontro entre fundamentos de uma antropologia da criança e os dados etnográficos, ressurgem dicotomias clássicas da história das ciências. Natureza/cultura; criança/adulto; indivíduo/sociedade são duos conhecidos pela sugestão de uma cisão entre “mundos”, o que nos impede de articular as diversas dimensões das práticas sociais, por isso proponho uma antropologia *com* crianças e não *da* criança.

## 2. ONDE ESTÃO AS CRIANÇAS?

Grande parte dos estudos psicológicos, antropológicos e pedagógicos sobre crianças oferece o risco de estabelecer uma divisão entre o mundo dos adultos e o mundo das crianças e, mesmo que se considere o caráter atuante das crianças em processos de aprendizagem, como no caso de Vygotsky (1991), a criança exerce um papel de aprendiz, e é colocada hierarquicamente em uma posição subalterna em relação ao adulto.

O desafio de pensar uma antropologia com crianças surge também da experiência profissional de ter, ao longo de trinta anos, contato direto com crianças e adolescentes em instituições escolares, projetos sociais, na rua e em instituições socioeducativas. Em todos esses espaços a criança tem se mostrado protagonista, agente de suas histórias e alguém a quem se deve ouvir. O contato com modelos disciplinares pautados por

teorias cujo maior esforço é pensar as gerações como etapas de um ciclo de vida<sup>8</sup>, me causou estranhamento e um certo desconforto frente aos meus interlocutores.

Lembro bem, em 1994, quando participava das reuniões do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, e saía da reunião com outros colegas do Movimento, depois das 21h, atravessávamos o Centro da cidade<sup>9</sup> para encontrar com a *garotada*<sup>10</sup>. Como em outras noites, paramos em um dos botecos do entorno do Terminal de ônibus, na Francisco Tolentino. Nós pedíamos uma cerveja, esticávamos os debates iniciados na reunião e, vez ou outra, encontrávamos os garotos e garotas vendendo amendoim ou pedindo dinheiro entre as mesas dos bares. Naquela noite, eu estava sentada em uma cadeira próxima à escada que dava acesso ao bar e vi rolar da escada, e quase cair no meu colo, um menino, de aproximadamente quatro anos. Já o conhecia, era da família dos Mendonça<sup>11</sup>, mantinha uma chupeta na boca e um baldinho de amendoim - frasco conhecido por acondicionar molho de maionese nos carros de cachorro-quente - que conseguiu salvar no tombo. Ajudei-o a levantar e ele veio para o meu colo, parecia cansado. Foi então que me encontrei com a etnografia. Só descobri isso muitos anos depois, quando já estava fazendo mestrado em antropologia social.

O que me fez entender que este era um encontro com a etnografia foram as questões que me surgiram naquele encontro com o Pequeno Mendonça. Eu estava ali, num encontro casual e rotineiro com colegas de militância, tínhamos em comum a luta por vida mais digna para as crianças e suas famílias e, por isso éramos - como Manoel de Barros com as borboletas e passarinhos - buscadores de crianças. Sabíamos que as crianças que frequentavam a rua durante a noite estavam sujeitas a uma série de situações criadas por não-crianças que as colocavam em risco. Por isso estávamos ali, porém havia algo de contraditório em meu lugar. Não se tratava de um encontro eventual, nem de uma ingenuidade na escolha do local. Havia questões que se impunham antes de estar ali, e uma delas era: Onde estão as crianças? A esta questão

<sup>8</sup> Um dos clássicos do estudo do desenvolvimento infantil, "A formação do símbolo na criança" de Jean Piaget, é uma das referências utilizadas desde os anos de 1960 para explicar e dar sentido ao comportamento de crianças de camadas medianas da sociedade (PIAGET, 2010: 1964). Entretanto se distancia da realidade experimentada por crianças das mais variadas camadas sociais, uma vez que se mantém apoiada num modelo biocentrado que explica a vida a partir da organização etária e pouco desenvolve a cerca da relação entre criatividade e urgências do cotidiano das crianças, tema que merecerá aprofundamento em trabalho futuro.

<sup>9</sup> Florianópolis-SC

<sup>10</sup> Termo que usávamos para nos referir aos meninos e meninas que frequentavam as ruas e encontravam nelas seus modos de vida.

<sup>11</sup> Conheciamos as crianças através de suas famílias, pois muitas vinham de uma tradição de mendicância nas ruas da cidade.



seguiam muitas outras: o que fazem, como vivem, quem cuida delas, como se viram na rua e com suas idiossincrasias.

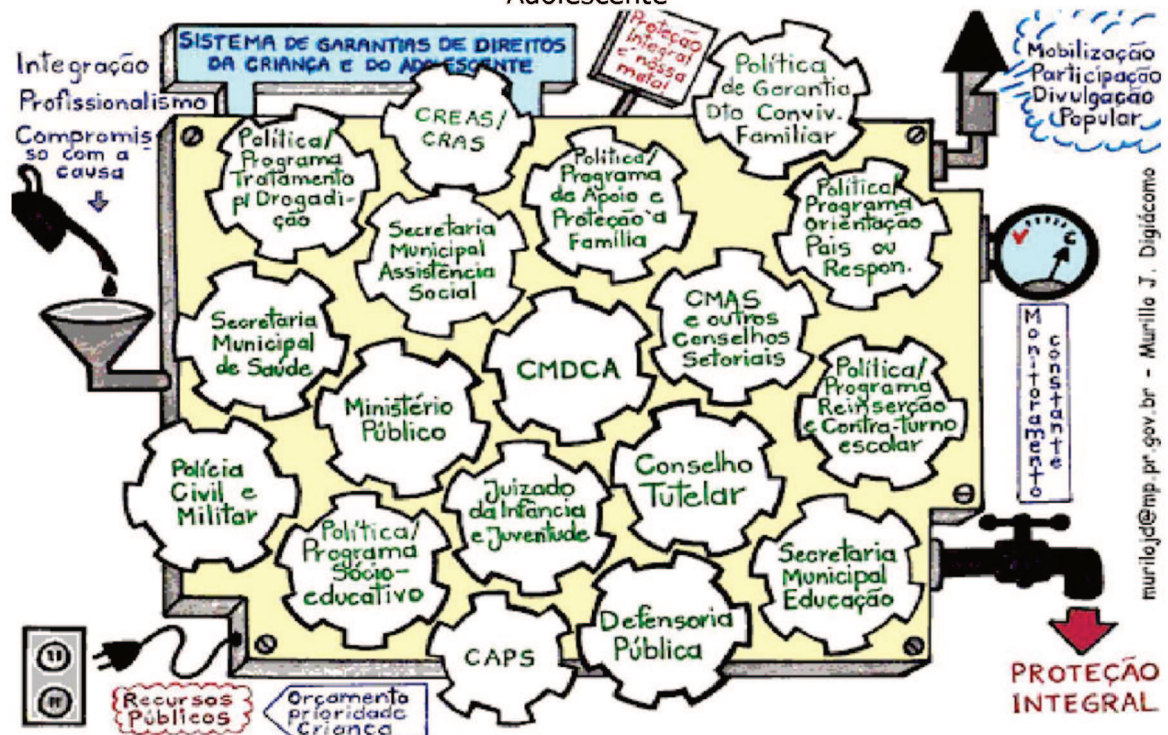
Naquele tempo, não estudava antropologia, recém havia terminado a graduação em psicologia, mas me incomodava os modelos desenvolvimentista utilizados pelas teorias psicológicas para pensar a construção da *personalidade*<sup>12</sup>. Eu queria entender como as pessoas viviam e não o que elas sentiam quando viviam. Os sentimentos pareciam muito incipientes, não davam conta de me explicar os sentidos da vida para o Pequeno Mendonça, por exemplo. Naquele encontro com ele, eu me perguntava o que o fazia manter a chupeta na boca quando ele já ajudava na divisão do trabalho da família para manter a casa. Havia na cena do corpo-criança com uma chupeta na boca e um balde de amendoim a ser vendido antes de voltar para a casa naquela noite – a criança garantindo o sustento da família – algo que me causava o estranhamento (tão necessário no exercício etnográfico de deslocamento do familiar), e o que eu estranhava eram as teorias que não coincidiam com a vida vivida pelo Pequeno Mendonça, o que eu estranhava era a ambivalência entre as noções de criança e infância que me atravessavam e os modos de não-ser-criança; a oposição criança/adulto tão presente nas teorias desenvolvimentistas.

A criança estava bem ali, no meu colo, com todas as estranhezas, suas contradições, com seu outro *devenir* - no sentido cunhado por Deleuze e Guattari em Mil Platôs - que era não-criança. E também estava ali o *devenir* antropóloga que passou a olhar a vida como imitação de teorias a serem escritas e reescritas. Passo a maior parte de minha trajetória profissional ouvindo, vendo e escrevendo, tal qual sugere Roberto Cardoso de Oliveira (2000) para a etnografia: **ouvir** aquilo que aparece como sonoridade das práticas sociais, mas também como os ecos de nossos interlocutores que nos oferecem possibilidades de escuta; **ver** a figura e o fundo que apresentam sentido à vida cotidiana no campo e à relação com o fora dele; e **escrever** o que conseguirmos produzir de leitura sobre o universo de significados que conseguirmos perceber na articulação desses encontros. Assim é que encontro e reencontro as crianças que procuro; essa criança empírica que está na vida, se construindo junto a não-crianças e que neste trabalho residem em instituições de acolhimento.

<sup>12</sup> Conceito nativo da psicologia que apresenta significados diferentes, de acordo com as matrizes epistemológicas de cada corpo teórico. Aqui, possui caráter mais geral, indicando que há nas psicologias um interesse em compreender e/ou explicar como cada indivíduo deve ser reconhecido como singular, único.

Apesar de esse ser um campo em que transito há muitos anos, foi na pesquisa de doutorado, entre 2010 e 2014, que ele melhor se delimitou. Trata-se de um conjunto de instituições e de espaços não institucionais que me ajudou a caracterizá-lo como um campo multissituado, que visa garantir direitos das crianças e adolescentes. O campo do qual falo é denominada pela literatura especializada (DEL PRIORI, 2000; PASSETI, 2000; RIZZINI, 2011) como Sistema de Garantia de Direitos – o qual podemos ver representado logo abaixo - e, como tratou-se de uma etnografia, tomei esta designação como nativa, e que utilizarei para indicar essa rede de instituições governamentais e não governamentais que visam proteger integralmente os direitos de crianças e adolescentes no Brasil.

Representação do funcionamento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente



Fonte: Manual do Promotor de Justiça da Infância e Juventude/Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude. CIJ-MP/SC<sup>13</sup>

De acordo com minha experiência “a etnografia me permitiu transitar pelas várias dimensões desse sistema e buscar nelas uma antropológica que me permitisse uma compreensão em torno da produção de sujeitos da infância.” (BRITO, 2014).

<sup>13</sup> Figura também utilizada em minha tese, para explicar o fluxo da rede de atenção à infância, sugerida pela Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente.



Perseguindo meus/minhas interlocutores/as, e dando maior relevo aos/as interlocutores/as crianças do que os/as não-crianças, minhas atividades de campo passaram a ser compostas por observações, brincadeiras, desenhos, fotografias, e diálogos com as crianças. Nesse ensaio estou privilegiando o contato com pessoas em idade de três a sete anos. O primeiro desafio foi relativizar as teorias psicológicas, pedagógicas e biomédicas que se apropriavam de um modelo biológico ou psicológico para explicar a vida de crianças.

Como podemos ver no trabalho de Fians (2015, p. 31)

A inserção de crianças nos estudos antropológicos e sociológicos se deu tanto com a centralidade delas – em pesquisas que pretendem criar uma área de *antropologia da criança e da infância* – quanto as tomando também como interlocutoras em etnografias que pretendem levar em consideração uma população, sociedade ou cultura de forma mais ampla.

Na base de todos esses estudos, que aqui não nos cabe descrever, a infância e a vida de crianças são pautadas por leituras da biogênese, da psicogênese ou ainda, mais recorrente e citado pela grande maioria de pesquisadores das infâncias, a partir dos anos de 1980, uma leitura mais historiográfica que se expressa principalmente na obra de Philippe Ariès (1981).

Entendo que toda teoria do desenvolvimento humano permanece refém de uma noção evolucionista que na nossa sociedade permite estabelecer níveis ideais e valorados referentes às faixas etárias. De saída, isso nos coloca um problema antropológico interessante: como cada grupo social irá categorizar as diferenças entre as gerações? Que sistema simbólico é acionado para definir o que é uma criança e o que é um adulto – e podemos pensar aqui também nos idosos. Tais questionamentos já des-ontologizam as noções etárias, ou seja, não é possível generalizar os modos de ser a partir de uma temporalização *cronificada*.<sup>14</sup>

O texto introdutório de Cohn (2005) é elucidativo do esforço teórico-metodológico de antropólogos em reconhecer a criança como sujeito/ator social, que assim como não-crianças<sup>15</sup>, opera sistemas simbólicos que merecem nossa atenção. E por sistemas simbólicos nos referimos ao universo cosmológico de troca de sentidos e significados que atravessam os sujeitos e são produzidos por eles no bojo das práticas sociais. Uma antropologia interessada nos modos de vida de crianças precisa, necessariamente,

<sup>14</sup> Aludindo a noção de tempo que é limitado por réguas, relógios, rotinas.

<sup>15</sup> Termo que tenho utilizado para me referir aos adultos em relação com crianças, nos contextos institucionais onde percorro com minhas pesquisas.

entender tal fenômeno em seu contexto, considerando que esse contexto é híbrido e dialoga com outros.

Cabe salientar que ao escolher o termo não-criança para identificar o que corriqueiramente denominamos de adultos em nossas sociedades ocidentalizadas e não-ameríndias, não perco de vista a noção cunhada por Manuel Jacinto Sarmento e Rita de Cássia Marchi (2008), que procuram problematizar a ideia de criança, sujeito de direitos no Brasil, a partir das práticas sociais que mantêm muitas crianças à margem da possibilidade de *ser criança* por conta das fragilidades e inoperâncias de políticas de proteção que alijam das crianças os seus direitos.

No texto em questão, os autores se dedicam a aprofundar o conceito *não-criança* como uma *categoria-diagnóstico*, encontrada nos estudos sobre infância que procuram pensar as crianças *sem infância*, ou aquelas que por estarem à margem de seus direitos, se encontram nas ruas, excluídas. É também nessa reflexão que os autores nos ajudam a pensar na diversidade de *ser criança*, pois sistematizam a ideia de que aprendemos a *ser criança*, assim como aprendemos as outras categorias sociais que vamos agrupando em nossas trajetórias existenciais. Sendo assim, minha reflexão se aproxima da noção de criança trazida por Sarmento e Marchi (2008), uma vez que identifico uma multiplicidade de formas de *ser criança* que independem das prerrogativas dos textos legais. Porém, quando me refiro ao *não-criança*, estou indicando que há no universo relacional, sobretudo no campo que venho pesquisando, modos de ser que se expressam no antagônico da criança, que se nomeiam adultos e que marcam suas relações com as crianças por esse diferencial.<sup>16</sup>

Em instituições de acolhimento para crianças, encontramos um universo de questões a serem problematizadas, mas há uma que se projeta como um grande relevo. Trata-se da relação dessas crianças que lá estão com seus grupos de parentes, o que são denominados de grupos familiares. A noção de família é central na relação das crianças com o lugar. Lá, elas aguardam voltar para a sua casa e da sua família, ou serem adotadas e construirão laços parentais com um novo grupo que deverá ser reconhecido como nova família. Portanto, entender as formas como crianças e não-crianças se experimentam em processos de *aparentamento*<sup>17</sup> através da adoção me

<sup>16</sup> Este debate merece, com certeza, um aprofundamento que revele os espaços de discursividades sobre os quais se inscrevem os conceitos, entretanto, não é objetivo nesse texto, o que poderá se delinear em outra oportunidade.

<sup>17</sup> Termo escolhido por mim para indicar um movimento entre se reconhecer num grupo e reconhecer o grupo como possíveis parentes, utilizando termos de parentesco e símbolos característicos das redes de parentalidade adotadas pelo contexto sócio-cultural.

impôs, pelo menos três questões: 1. Como se produzem os conceitos (adulto, adolescente, criança) com os quais as teorias de ciclo de vida trabalham – **de onde falamos?** 2. Que aspectos relacionais constituem a prática de *aparentamento* através da adoção – **de que falamos?** 3. Quais as expectativas das crianças nesse processo – **de quem falamos?** Ou ainda, onde estão as crianças?

Conforme Cohen (2005), quando uma criança responde o que é ser criança, responde o que ensinam a ela – reproduz o texto. Nesse caso, entender o que é criança em determinado contexto depende da escolha das questões (questões de pesquisa) e da compreensão de que tal experiência se apresenta, não só na observação do modo de vida do grupo e da forma como adultos tratam as crianças, mas também na maneira como as crianças se experimentam.

Foi diante desse desafio, de ver, escutar e escrever, que a prática da narrativa me surgiu como uma possibilidade. Algumas questões surgiram por parte de colegas de pesquisa, como: pode uma criança narrar? Nesse caso, a narrativa passou a ter um sentido instrumental importante. Fui buscar quais as noções de família e de crianças que circulavam entre as crianças que estavam nas instituições, para isso precisei escutar as crianças, observá-las em suas ações e ouvir o que as não-crianças tinham a falar sobre minhas principais interlocutoras. Eis aqui uma das primeiras características de uma etnógrafa: há de se investir do lugar de uma escutadora de histórias e das histórias das histórias, de se interessar pelas histórias gerais e pelas miudezas da vida. E no ato de escutar, de conseguir distinguir os discursos gerais, sobre o tema que deseja compreender, das narrativas sobre o mesmo tema.

### **3. QUEM NARRA E QUEM CONTA A HISTÓRIA**

Ao considerar a narrativa um dos instrumentos importantes para a compreensão dos significados construídos e o quanto eles interferem na vida das crianças, coube buscar um caminho para chegar nelas. Como mencionado anteriormente, a etnografia é o modo de construção de conhecimento sobre um outro, e não se trata de um método de pesquisa mas de uma atitude que se inicia com a escolha do campo a ser pesquisado.

Ouvir as crianças é ato difícil; é necessário aprender a ouvi-las, é preciso adquirir cartas de apresentação e permissões para que possamos chegar até elas. Isso já atribui ao campo uma complexidade que se inscreve para além das prerrogativas éticas

desenvolvidas pelos comitês de controle e fiscalização de pesquisa com seres humanos, como no caso dos CEPs e do CONEP. Para ouvir as crianças é preciso que elas permitam ser escutadas. Pude verificar isso quando, em conversa com uma das crianças interlocutoras de minha pesquisa de doutorado ouvi que *adultos* não conseguiam ouvir algumas línguas que só as crianças eram capazes de decodificar (BRITO, 2014, p. 170)

Precisei da autorização de um grupo de crianças para que eu pudesse ser considerada uma adulta que escuta as crianças. Isso se deu após muitos silêncios de minha parte, mas também a partir de várias tentativas de inserção em suas lógicas. O outro passo seria ouvi-las narrar suas histórias e, para isso, foi preciso ouvi-las contar histórias e ouvir histórias que contavam sobre elas. Por que a narrativa apareceu como importante? Eu precisava ouvi-las falar sobre si e sobre os outros, ouvir o que tinham a dizer sobre suas experiências, uma vez que o desconforto estava em observar que as referências tratavam de falar sobre e não de falar com.

Em uma revisão detalhada da literatura sobre o lugar das crianças nos estudos etnográficos, sob a interrogação: o que as crianças têm a ensinar a seus professores? Antonella Tassinari (2011) indica que as crianças, em suas práticas<sup>18</sup>, agenciam ideias, conhecimentos e pontos de vista que mediam a vida no cotidiano.

Somos instigados a reconhecer que as falas e as atitudes das crianças, mesmo as escolarizadas, podem revelar elementos importantes de nossa vida social que não reconhecemos. Seja porque são aspectos que não percebemos mais porque já os naturalizamos. Seja porque são conhecimentos novos que temos dificuldade de compreender (como toda a parafernália informática que as crianças aprendem com tanta facilidade). (TASSINARI, 2011, p. 14)

E fazem isso com peculiaridades que se diferem do adulto não em qualidade, mas em lógica, no modo de pensar o mundo. Não se trata de colocar a criança como “objeto legítimo de estudo” (COEHN, 2005, p. 10), pois o objeto da antropologia já está posto; o que é possível é pensar que o cotidiano das crianças fala sobre o universo antropológico em que estão inseridas; fala de uma cosmologia que envolve crianças e não-crianças. Dessa forma, talvez possamos dizer que *criança é boa para pensar* não porque reedita a vida adulta em miniatura, mas porque agencia as relações entre os outros e fala de um lugar da experiência, do empírico de *ser criança*, mas também de uma categoria analítica que cria modos de *ser criança*.

Já em minha tese de doutorado alertei para o fato de que ao ler a poesia de Dorothy Aldis observamos que no jogo de esconder adultos e crianças reafirmam ou re-

<sup>18</sup> Aqui, predominantemente, em práticas de crianças indígenas, no Brasil.



inventam seus lugares. Na brincadeira estamos falando de coisa séria, do exercício de pertencimento, da experiência de ser amado/amada, da significação de lugares no sistema de parentesco. Não é possível avaliar se a criança sabe ou não que seus pais a vêem, mas é fundamental entender que, na cena, é o que menos importa. Conforme Christina Toren (1993) o processo de cognição se dá no contexto, a criança está no mundo, localizada numa rede de relações atravessada pelas dimensões econômicas, de parentesco, religiosas, políticas – no nosso caso, fundamentalmente, jurídicas. Assim, ao esperar ser achada a criança irá construindo saberes sobre si e sobre o outro e os utiliza no jogo, além de produzir discursos que expliquem suas condições (BRITO, 2014).

A narrativa subentende o modo de construção de um discurso que a interlocutora constrói sobre si e sua experiência. Indica, como afirma Sônia Maluf (1999, p. 70) “além de olhar, ver; além de ouvir, escutar; além dos fatos, sentidos.” Portanto, é importante identificar o que temos de discursos construídos sobre as crianças e como essas crianças irão se construir a partir deles. De um lado temos as narrativas que dão conta de situar criança em um campo de estudos que passou a ser identificado como infância. Os estudos sobre infância partem das experiências com crianças para produzir um conhecimento acerca da vida e das possibilidades de compreensão de um universo que se separa da experiência de adultos, uma vez que estes estão empenhados em oferecer sentido à vida de crianças. Esta é uma dimensão das narrativas que nos interessa aqui, uma vez que é composta por resultados de práticas e análises de especialistas no campo das intervenções com crianças. Outra dimensão fundamental e mais complexa de alcançarmos, dada as particularidades no acesso que já citei acima, corresponde as narrativas trazidas pelas crianças, as suas experiências tanto ao nível do indivíduo, como suas interpretações compartilhadas ao nível coletivo das experiências.

Para encontrar as crianças sobre as quais falam os especialistas, os livros, artigos científicos e textos documentais (como pareceres e processos judiciais) formaram um campo de estudos que ofereceu uma meta-narrativa sobre a vida de crianças. Tanto nos textos psicológicos, como nos pedagógicos, médicos e jurídicos, a narrativa compõe um sentido que, articulando os conhecimentos especializados, a criança é um *sujeito* que se inscreve em fase inicial de um ciclo de vida que deve finalizar com a morte, e esta – morte -, subentende-se que deva se dar na vida adulta, num modelo conhecido por nós como desenvolvimentista.

A criança, entidade representada por uma cronologia previamente estabelecida, é alguém que precisa de cuidado, deve ser protegida e não apresenta condições (psico-

físicas) de autogestão. Este é o modelo epistemológico que irá guiar a maior parte dos estudos e práticas profissionais no campo da medicina, pedagogia, psicologia e direito<sup>19</sup>. Grande parte dos chamados técnicos dessas áreas operam num registro que procura a criação de suas obras literárias ou de seus experimentos descontextualizados. Mesmo aqueles e aquelas que procuram subverter os modelos desenvolvimentista, acabam esbarrando numa linguagem que não apresenta categorias para definir a diversidade e os modos infinitos de se construir como ser no mundo, numa temporalidade que vai além de *Chronos*.

A criança em sua fala, muitas vezes apresenta-se em outra temporalidade, um tempo que foge das rotinas usuais para a construção de um modo de vida pautado por uma linha indicando o *dever ser* e a prescrição das classificações. A rotação da fala das crianças que foram interlocutoras no trabalho que deu lugar a essa reflexão se dá em *Kairos*, um tempo que não exige limites de inventividade, que por sua molecularidade e fluidez oferece aos indivíduos a possibilidade de se reinventar e transcender a régua da vida em ciclos. Falo aqui da escuta de narrativas de pessoas com idade entre seis e dez anos, que reúnem elementos do saber adquirido na experiência coletiva, com os afetos e desejos que lhes atravessam no cotidiano. Para ilustrar, posso descrever um recorte do cotidiano de crianças e não-crianças em uma instituição de acolhimento:

*O clima era de tensão, três meninas em idades de 6 e 9 anos haviam fugido da casa de acolhimento<sup>20</sup>, uma delas já havia fugido outras vezes e também vinha de um retorno, após ter passado por um estágio de convivência em uma família que pretendia lhe adotar junto com o irmão mais novo. O retorno é chamado pela língua nativa de devolução e entendido pelas crianças como uma devolução porque a nova família não gostou de algo de seu comportamento. A mesma garota, que chamaremos aqui de Dara, já havia manifestado no grupo de convivência que precisava saber o que fazer para ser adotada. Naquela tarde, a casa estava em ebulição, muitas crianças chorando, brigando entre si e as educadoras preocupadas, sem saber o que fazer, tentavam estancar as demandas infantis. Uma das educadoras me diz: "Essas meninas não têm mais jeito, elas não respeitam ninguém, se colocam em risco. Elas vão acabar como as mães, na rua, se prostituindo ou se drogando." Ouvi silenciosamente. Pedi para que me contasse melhor o que tinha acontecido. "Elas estavam aqui na quadra brincando, de repente eu vi que*

<sup>19</sup> Em outro esforço teórico, resultado de pesquisa bibliográfica em andamento no momento, apresentarei um quadro referente das matrizes epistemológicas que correspondem aos modelos de pensamentos dessas áreas de conhecimento, as quais embasam as práticas dos especialistas.

<sup>20</sup> Fragmento de diário de campo. A casa de acolhimento é uma instituição que abriga até 20 crianças em idade de 4 a 18 anos, e naquele período estava com a sua capacidade máxima ocupada. No período diurno conta com três educadoras/cuidadoras, uma psicóloga e duas assistentes sociais (estas podem estar em atividades externas junto ao poder judiciário ou visitando familiares das crianças, além de também se responsabilizarem pelas idas à clínicas médicas ou outros serviços).

*correu uma, depois outra e a outra veio atrás. Ninguém me tira da cabeça que elas não estavam combinadas e aproveitaram o horário de chegada dos menores da creche e escapuliram pelo portão mesmo. Elas são muito perigosas, a Dara, não vê, até a família que a levou já devolveu, não aguentaram, ela é agressiva demais, a pessoa que não tá preparada não consegue ficar com uma criança problemática desse jeito. Eu tenho pena, mas qual o futuro dessas gurias?” Perguntei: Porque fogem? Do que você acha que elas estão fugindo?. Eu não sei, mas elas não aceitam regras, não querem ficar aqui porque aqui a gente cobra, a gente conversa numa boa, dá carinho, eu escuto muito quando elas vem falar da vida com a família, me corta o coração, mas elas não querem saber de ficar aqui esperando, querem voltar pra casa da mãe, só que a mãe não tá nem aí, nem aparece para visitar...” [Após três horas de fuga das meninas, elas retornaram ao acolhimento e, no dia seguinte, pude conversar com elas] Eu: Gurias, o que aconteceu ontem? Dara: A gente foi tomar banho de mar. Daí, a Bayo escorregou numa pedra e se cortou, saiu muito sangue; daí, a gente foi procurar alguém que quisesse cuidar da gente..*

O diário segue com as impressões trazidas pelas crianças e por não-crianças acerca do ocorrido, e em uma das narrativas de não-crianças que passou a ser oficializada nos documentos enviados ao poder judiciário, prestando contas do ocorrido, dizia o seguinte:

*As três crianças, não voltaram da escola na hora de costume, foram até a praia e uma delas se machucou. Com medo de serem repreendidas resolveram fugir e foram batendo de porta em porta, perguntando nas casas se queriam adotá-las, até que entraram numa clínica e a secretaria as reconheceu como meninas da casa lar e nos ligou. Felizmente temos uma boa relação com a comunidade e as crianças convivem nos espaços comunitários, além disso temos muitos voluntários que frequentam a casa.*

Quem conta a história e quem narra a experiência? Nestes fragmentos vimos as diferenças nos sentidos dados à experiência das crianças. A narrativa das crianças reaparecia quando falavam em uma atividade de grupo, na qual eram incentivadas a falar sobre a expectativa de saída da instituição e sobre o que esperavam da adoção, uma vez que todas aguardavam pela ida para uma nova família. Elas espelhavam o drama vivido por Dara que já havia ido para outra família e retornado após um processo doloroso de incompatibilidade entre os novos pais e as crianças (Dara e seu irmão). Ao narrarem a experiência da fuga, Dara, Bayo e Chioma mantinham a ideia de que bateram em, pelo menos, três casas para pedir que ficassem com elas, mas finalizavam explicando da seguinte forma:

*aqui ninguém acha uma família pra gente; a juíza tá demorando muito pra achar uma família pra gente; a gente quer ficar juntas.*

Em rodas com outras crianças que não viveram a fuga como protagonistas, mas como espectadoras, pude ouvir:

*o Elon tava junto, mas voltou pra casa porque ficou com medo.*

*Eu: "Medo do que?"*

*Resposta: "Quando a Bayo cortou o pé... ele tem medo de sangue".*

Elon é o irmão de Dara que esteve com ela na tentativa de uma vida com uma nova família. Eu já havia escutado dele que o retorno para o acolhimento era *culpa de Dara* porque *ela tem mania de fugir e não tratava bem a mãe*<sup>21</sup>.

Com base na experiência etnográfica, que me colocou em diálogo direto com as crianças e com as não-crianças, é possível identificar a riqueza da narrativa como elemento central na construção de um texto etnográfico que ofereça sentido para os interlocutores da pesquisa. Olhar a criança como agente de seu contexto nos dá a possibilidade de não a encerrar em um quadro cronológico que se sustente em características e necessidades a serem avaliadas e protegidas. As crianças protagonistas da fuga foram se reinventando em cada momento dessa fuga, que só teve esse nome após a percepção de não-crianças. Diante da narrativa, a fuga não era um projeto: o que as crianças queriam era um banho de mar. Após o acidente (o corte no pé de Bayo) passaram a buscar saída para o problema: foram em busca do cuidado, um cuidado que para elas se expressava na possibilidade de uma nova família. Ocorre que esta narrativa também ganha outro contorno quando identifiquei que a clínica onde foram parar era uma maternidade.

Do ponto de vista da leitura antropológica posso compreender que as crianças saíram para procurar a família que esperavam, uma vez que, do ponto de vista delas, a rede de proteção não estava dando conta de encontrar. O inusitado de terem acabado o percurso da busca em uma maternidade nos sugere inferências no campo do simbólico e nos apresenta a necessidade de pensarmos na necessidade de escutar as crianças e o que elas têm a dizer sobre suas esperas nessas instituições.

Entre a história que não-crianças contam e a narrativa das crianças sobre suas experiências temos discursos que operam no campo da construção dos sujeitos e isso se dá num complexo jogo relacional em que as línguas, muitas vezes, não coincidem; entretanto, se complementam.

<sup>21</sup> Esta mãe era a nova mãe, uma mãe em potencial, com a qual moraram por três meses em regime de guarda, a fim de se efetivar o processo de adoção, que foi interrompido com o retorno das crianças para a instituição de acolhimento.



Considerando o que sugere Toren (1993), analisar os *jogos* executados por crianças e não-crianças, tal qual o jogo de esconder retratado na poesia de Dorothy Aldis, implica localizá-los nessas dimensões que constituem o mundo dos atores. O que expressarem refere-se, incontestavelmente, a circunstâncias e simbologias partilhadas por todos eles, atribuindo lugares a cada um dos atores.

#### **4. O ENCONTRO COM ALGUMAS CRIANÇAS**

A partir dos encontros com as crianças, em situações diversas como em brincadeiras no parque, idas e vindas da escola, conversas antes de dormir e nas refeições, elas falavam de suas impressões sobre a vida, do que gostavam, do que as deixa triste, falavam de suas noções de família, escola, de amizade. Foi com base em suas histórias que pude observar que as crianças sobre as quais algumas não-crianças falam não existem - estão em palavras que as definem em uma régua temporal que, geralmente, se apoia em bases epistemológicas que procuram explicar os modos como as crianças se constroem.

O universo de experiências das crianças e a forma como construíam suas narrativas foi marcando a diversidade de formas de serem crianças nos espaços relacionados ao sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, demonstrando que teorias desenvolvimentistas não dão conta das realidades das crianças; deixam lacunas que só são possíveis de compreensão num encontro que nos coloca em exercício de leitura e escuta dos sentidos vividos pelos interlocutores. Este encontro só foi possível quando percebi que a vida das crianças em acolhimento, mesmo orquestrada por não-crianças que definem as "melhores formas de cuidar e proteger", é também regida por suas agências, posto que se mostram protagonistas sempre que narram suas experiências.

Como já mencionado, e também muito bem explicitado nas obras de Corsaro (2005), Fians (2015) e outras, a relação pesquisadora/interlocutoras é marcada por aproximações e distanciamentos que decidem a viabilidade ou não de encontros. No caso das crianças em instituições, observo que há um agravante que já mencionei em outros trabalhos (BRITO, 2014): toda a não-criança que entra na instituição é uma chave de saída, assim como também pude observar na instituição prisional para mulheres em pesquisa de mestrado (BRITO, 2007). Eis aí uma das crianças que

encontro logo no início de minha pesquisa em 2010; aquela que não quer estar numa instituição e que, mais tarde, percebo este ser um sentimento coletivo.<sup>22</sup>

A chave para sair corresponde, geralmente, a lugares no sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, sendo eles: assistentes sociais; psicólogas, promotoras, juízas, voluntárias, alguma visita da rede de parentesco geracional<sup>23</sup>, ou uma nova família.

O aprofundamento de uma prática etnográfica que procurou realizar o trabalho de campo com as crianças, escutando o que elas tinham a falar sobre si e sobre suas experiências, oportunizou encontros com várias delas e, ao mesmo tempo, colocou em xeque as classificações que sugerem estratificação entre faixas etárias. O que sugiro é que, ao realizarmos uma descrição dos sentimentos, sentidos e significados, não podemos classificar crianças, adultos, idosos em lugares sociais tão díspares. Tampouco podemos considerar que os desenvolvimentos intelectuais sejam tão distantes. Talvez o que nos diferencie tanto seja a divisão do trabalho e as práticas simbólicas que nos colocam pertencendo a contextos culturais locais, aspectos psicofísicos que dependam de maturação orgânica e nada mais.

Considerando que as personagens não-crianças do sistema de garantia de direitos são vistas como chaves para a saída da instituição, cabe-nos, quando desempenhando um dos papéis inscritos, tornar explícito para as crianças a que se deve a visita. Ocorre que não há no sistema lugar para a pesquisadora; essa é uma personagem que precisa ser construída com as crianças; essa é uma tarefa que depende de como nos inserimos no campo com crianças.

Se em nossos pressupostos mantivermos os absolutos de faixas etárias e caracterização associadas ao modelo do ciclo de vida, tão presente nas prescrições biomédicas e em algumas práticas "psi" importadas pelo poder judiciário em suas legislações, teremos o forte risco de nos encontrarmos com as crianças esperadas, aquelas que se mostram vítimas de processos de sequestro dos seus direitos de simplesmente ser, vítimas de práticas horrendas do que é criado pelo humano para violentar outro, seja por uso de força ou de tortura psicológica. Encontraremos as crianças dos almanaques se pautarmos nosso contato por eles.

<sup>22</sup> Todas as crianças que vivem em instituições apresentam um discurso de constrangimento e revolta diante do facto de estarem ali, sem diferença dos discursos que encontrei entre as mulheres presas.

<sup>23</sup> Pai, mãe, avôs ou avós, tias ou tios, irmã ou irmão mais velhos.

Entretanto, ao considerarmos que pesquisar nos torna desconhecedoras do campo, que o que desejamos é, justamente, conhecer o que lá encontraremos e que, para isto, precisaremos suspender nossos *a priori*s teóricos como modelos fechados a serem encontrados, teremos um campo diverso, com crianças em momentos de vida distintos, com modos de compreensão diferenciados e apoiados, principalmente, em suas vivências. Aqui podemos observar o que Michel Foucault, com maior ênfase, tanto nos alertou em sua obra *As palavras e as coisas*, de 1966 (FOUCAULT, 1992): no mundo das ciências há que se fazer escolhas; ou você se mantém em linhas molares, nas quais as pesquisas se pretendem científicas, ou se mantém em linhas moleculares<sup>24</sup>, nas quais as pesquisas não se preocupam com um *status* cientificista de suas ciências.

Portanto, as crianças que encontramos no campo etnográfico são crianças de corpo, carne e osso, sangue, raça, gênero, desejos, afinidades, conhecimentos, modos de ser, e também se apresentam em não-crianças. Elas estão ali, no colo da militante, nos olhos e ouvidos da pesquisadora, nos textos que ditam as práticas técnicas de advogadas, promotoras, juízas, assistentes sociais, psicólogas, mães, pais, cuidadoras, médicas, educadoras; enfim, em todas as pessoas que fazem parte da rede de proteção à infância.

## **5. QUAIS OS DIÁLOGOS POSSÍVEIS ENTRE NÃO-CRIANÇAS E CRIANÇAS NO CAMPO DE ESTUDOS SOBRE AS VIDAS DAS CRIANÇAS?**

Pensar uma antropologia da criança em instituições de acolhimento implicou em pensar nas peculiaridades históricas que compõem a existência dessas instituições e na condição das crianças que são encaminhadas a elas.

Na antropologia produzida no Brasil, Claudia Fonseca foi pioneira nos estudos que envolvem a prática da parentalidade em camadas populares. Em seus textos, Fonseca retratou a circulação de crianças em famílias da mesma rede de parentesco ou das redes de socialidade (por exemplo, 2002; 2006), as quais, do ponto de vista sociológico, desempenham funções que dão forma a uma rede de cooperação e apoio na criação de filhos. Por outro lado, os aspectos antropológicos estudados nesses casos nos indicam

<sup>24</sup> Não descartaremos aqui as dimensões molares e moleculares em diálogo em todas as formas de pesquisar.

que na circulação de crianças outros significados são agenciados e indicam a forma como se constrói a noção de sujeito nesses grupos.

Persiste na sociedade ocidentalizada a idealização de um vínculo afetivo que tem como matriz o modelo nuclear de família. Maria Filomena Gregori (2002), assim como Claudia Fonseca (2006), demonstrou como a socialização de meninos e meninas de rua se produz numa dinâmica peculiar que se associa às urgências experimentadas no cotidiano da vida na rua.

Podemos afirmar – com base nas pesquisas do IPEA<sup>25</sup> - que grande parte das crianças que residem em instituições de acolhimento é oriunda de famílias cujas experiências de vida são atravessadas por urgências muito semelhantes àquelas vividas pelos atores estudados por Gregori (2002). Trata-se de famílias que, juridicamente, respondem processos de violação de algum tipo de direito; entretanto, não é possível deixar de reconhecer legitimidade nas práticas de cuidados que essas famílias dispensam a seus filhos.

A criança que está na instituição, e possui condições de lembrar-se das experiências em família, é capaz de formular suas expectativas em relação a esse contexto; ela aprende diariamente a noção de família que os adultos procuram ensinar-lhe, mas não deixa de ancorar esse conhecimento ao já vivido. Sendo assim, é possível que crianças institucionalizadas possuam noções de família e, mesmo de criança, muito diferentes daquelas prescritas na lei ou nos manuais técnicos de psicologia e/ou pedagogia. Isso porque na dinâmica das relações do cotidiano dessas crianças, elas passam a partilhar com seus pares um universo simbólico que irá interferir diretamente nas suas relações com os adultos cuidadores; desses adultos com suas verdades e das possíveis famílias com suas expectativas.

Como acessar esses saberes? As práticas de pesquisa em antropologia nos oferecem uma infinidade de recursos a serem utilizados e, assim sendo, penso que para além de uma antropologia da criança podemos pensar numa antropologia com crianças, as quais exercitarão suas agências na descoberta do que é ser criança.

Inventar<sup>26</sup> a criança depende de que ela possa se re-inventar e isso é possível através da etnografia. Porém é preciso que o pesquisador entenda que há, nas relações com as crianças, lógicas que desconhecemos – ou desaprendemos? – e que, portanto, não permitem um *a priori*, não permitem uma relação adultocêntrica.

<sup>25</sup> Instituto de Pesquisa Econômica Avançada/Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

<sup>26</sup> Tomo emprestado aqui a noção de invenção da cultura, oferecido por Roy Wagner (2010).



Finalmente, pensar no trabalho antropológico em contextos institucionais de acolhimento de crianças, mesmo considerando que há muito a ser pesquisado, me leva a entender que a busca pela produção de sentidos e pelos universos cosmológicos nos quais as crianças se re-inventam necessita de uma participação ativa dessas mesmas crianças na formulação das questões que lhes são pertinentes e na compreensão das diferentes formas de ser criança e ser adulto em nossa sociedade. Portanto, com base nos estudos que originaram este ensaio, podemos compreender que os diálogos só serão possíveis quando não-crianças se distanciarem das amarras de pressupostos geracionais que colocam crianças como sujeitos essencializados encerrados em ciclos de vida que determinam um dever ser a partir do qual todas as relações e decisões devem se pautar. Entre as crianças que procuram pessoas que as cuidem e o poder judiciário que busca uma família para essas mesmas crianças existe um abismo de compressões e gerações que precisam ser revistas.

Trata-se então de um diálogo onde a escuta deve considerar as partes interessadas, um diálogo não-surdo, não-invisível e com a habilidade de suspensão de juízos de valor tão comuns nos textos jurídicos-normativos, os quais definem sobre os destinos das crianças sem considerar suas agências e compreensões sobre si. Isso não implica no esvaziamento das responsabilidades de não-adultos nos conflitos de interesses que as crianças vivenciam, mas não os autoriza a usar uma mesma regra para casos que não são mensuráveis com base em padrões pré-estabelecidos.

## REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **A história social da criança e da família**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1981.

BRITO, Mirella Alves **O caldo na panela de pressão**: um olhar etnográfico sobre o presídio para mulheres em Florianópolis. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. UFSC: PPGAS/UFSC, 2007.

BRITO, Mirella Alves de. **Entre cobras e lagartixas**: crianças em instituições de acolhimento se construindo *sujeitos* na maquinaria da proteção integral. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Orientadora, Sônia Weidner Maluf. Florianópolis: PPGAS/UFSC, 2014.

CORSARO, William. Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol.

26, n. 91, p. 443-464, Maio/Ago. 2005.

DEL PRIORI, Mary (org.) **História das Crianças no Brasil**. (2ª ed.) São Paulo: Contexto, 2000.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol.1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol.3. Rio de Janeiro: Editora 34, 1996.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**, vol.4. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

FIANS, Guilherme. **Entre crianças, personagens e monstros: uma etnografia de brincadeiras infantis**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2015

FONSECA, Claudia. **Caminhos da Adoção** (2ª ed.) São Paulo: Cortez, 2002.

FONSECA, Claudia. Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse, **Cadernos PAGU** (26), p.11-4, 200.

FOUCAULT, Michel. **As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

MARCUS, George. Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto, California, v. 24, pp. 95-117, 1995.

MALUF, Sônia Weidner. Antropologia, narrativas e busca de sentido. In.: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre: URGs, ano 5, n. 12, pp. 69 – 82, 1999.

GREGORI, Maria Filomena. **Viração: experiências de meninos de rua**, São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O Trabalho do Antropólogo** (2ª ed.) Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP, 2000

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In. DEL PRIORI, Mary Del. (org.) **História das Crianças no Brasil**. (2ª ed.) São Paulo: Contexto, 2000

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. In. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação**. (4ª ed.) Rio de Janeiro: LTC, 2010:1964.

PIRES, Flavia. **Ser adulta e pesquisar crianças: explorando possibilidades metodológicas na pesquisa antropológica, Quem tem medo de mal-assombro? Religião e Infância no semi-árido nordestino**, Tese de Doutorado em Antropologia Social, UFRJ-Museu Nacional, p.39-65, 2007.

RIZZINI, Irene e PILOTTI, Francisco (org.) **A arte de governar crianças:** a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil (3ª ed.) São Paulo: Cortez, 2011.

SARMENTO, Manuel Jacinto e MARCHI, Rita de Cássia. Radicalização da infância na segunda modernidade: Para uma Sociologia da Infância crítica. In: **Configurações** [Online], 4 | 2008, posto online no dia 12 fevereiro 2012, consultado em 19 abril 2019.

SILVA, Aracy; MACEDO, Ana Vera da Silva; NUNES, Ângela (orgs.). **Crianças Indígenas:** ensaios antropológicos. São Paulo: Global, 2002.

TASSINARI, Antonella. Concepções Indígenas de Infância no Brasil In.: **Revista Tellus**, ano 7, n.13, outubro/2007, Campo Grande: UCDB, p.11-25, 2007

TASSINARI, Antonella. O que as crianças têm a ensinar a seus professores. In: **Antropologia de Primeira Mão**. Florianópolis: UFSC/PPGAS, v. 129, 2011.

TOREN, Christina. "Making history: the significance of childhood cognition for a comparative anthropology of mind" In. **Man** 28, p.461-478, 1993.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Cosac Naif, 2010.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

## NOTAS


### ONDE ESTÃO AS CRIANÇAS QUE ESTAVAM AQUI? - ANTROPOLOGIA COM CRIANÇAS EM INSTITUIÇÕES

**Mirella Alves de Brito**

Doutora em Antropologia Social

UFSC, TRANSES-Núcleo de Pesquisa Antropologia do Contemporâneo, Florianópolis, Brasil

mirebrito@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-2963-9559> 

#### Endereço de correspondência do principal autor

Rua Eugênio Raulino da Silva, 397, CEP 88063-255, Campeche, Florianópolis, SC/Brasil.

#### AGRADECIMENTOS

Gratidão à Profª Drª Sônia Weidner Maluf pelas possibilidades de interlocução na pesquisa que deu origem a este trabalho e à Patrícia de Moraes Lima pela parceria no debate em torno das infâncias.

#### CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA

**Concepção e elaboração do manuscrito:** M. A. Brito

**Coleta de dados:** M. A. Brito

**Análise de dados:** M. A. Brito

**Discussão dos resultados:** M. A. Brito

**Revisão e aprovação:** M. A. Brito



## **CONJUNTO DE DADOS DE PESQUISA**

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste estudo não está disponível publicamente.

## **FINANCIAMENTO**

Não se aplica.

## **CONSENTIMENTO DE USO DE IMAGEM**

Não se aplica.

## **APROVAÇÃO DE COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA**

CAAE: 67551317.3.0000.5357

Projeto não avaliado devido ao tempo expirado para análise e deliberação, consequentemente retirado, porém sem pendência junto ao CONEP.

## **CONFLITO DE INTERESSES**

Não se aplica.

## **LICENÇA DE USO** – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Zero-a-Seis** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution](#) (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

## **PUBLISHER** – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância - NUPEIN/CED/UFSC. Publicação no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

## **EDITORES** – uso exclusivo da revista

Márcia Buss-Simão e Kátia Agostinho.

## **HISTÓRICO** – uso exclusivo da revista

Recebido em: 31-03-2019 – Aprovado em: 29-07-2019

